

Economia e sociedade em Karl Polanyi¹

Luciana de S. Buchala²

Introdução

Como deveria ser a relação entre economia e sociedade de forma a proporcionar o bem-estar humano? Essa é a questão principal com que se defrontou Karl Polanyi e o motivou em toda sua obra. Seus trabalhos, desenvolvidos principalmente nas décadas de 1940 e 1950, são permeados pela tentativa de responder às questões surgidas a partir da ascensão e queda da economia de mercado do século XIX. Polanyi acreditava que as guerras e crises econômicas da primeira metade do século XX eram conseqüências do sistema de mercados auto-reguláveis, uma vez que esse implicava a constituição da economia como uma esfera separada da sociedade e a subordinação de todos os aspectos da vida humana às relações de mercado. Na verdade, o autor partia da convicção de que a economia nem sempre havia ocupado tal lugar, mas teria estado inserida (*embedded*) nas relações sociais nas outras sociedades da história. Desta forma, sua tese mais geral era a necessidade de inserir novamente a economia na sociedade por meio da “*deliberate subordination of the economy as a means to the ends of the human community*” (Polanyi-Levitt & Mendel, 1987, p. 8).

Nesse contexto, o trabalho de Polanyi apresenta duas perspectivas relacionadas entre si, correspondentes a um problema metodológico e um problema histórico de economia política. O problema de economia política emerge do colapso do sistema de mercados auto-reguláveis nas primeiras décadas do século XX e do desenvolvimento subsequente do *welfare state*. O autor concentra-se na análise dos impactos destrutivos provocados pela economia de mercado do século XIX, o qual torna os valores econômicos dominantes sobre os interesses sociais e transforma o homem e a natureza em mercadorias.

(1) O presente trabalho faz parte de pesquisa financiada pelo CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Jorge B. Tapia.

(2) Graduanda – 4º ano (Unicamp. Instituto de Economia).

O estudo do lugar ocupado pela economia nas sociedades antigas dá origem ao problema metodológico na medida que, segundo Polanyi, a teoria clássica e neoclássica não se mostra válida para explicar as relações econômicas e sociais fora dos limites da economia de mercado. Surge, então, a necessidade de desenvolver uma teoria geral da organização econômica das diversas sociedades a partir das relações entre antropologia econômica, história econômica e análise comparativa dos sistemas econômicos. Essa preocupação visa enfrentar tanto a questão de permitir o estudo das economias do passado quanto o problema de proporcionar base para a reflexão de uma alternativa para o modelo do sistema de mercados auto-reguláveis.

Diante disso, o presente artigo pretende desenvolver os principais argumentos de Polanyi dentro das duas perspectivas apontadas. No item 1, expusemos a crítica à teoria econômica clássica, na medida que essa não se mostra capaz de explicar as formas de organização econômica e social além da economia capitalista de mercado. No item 2, a análise institucional forneceu o referencial para a análise das formas de integração baseadas nos princípios da reciprocidade, redistribuição e intercâmbio. Por fim, o item 3 discute as características da economia de mercado, bem como suas origens e efeitos sobre a sociedade do século XIX.

1 Crítica à teoria econômica clássica e neoclássica

Diante da tentativa de compreensão dos problemas de sua própria época e da busca de alternativas para a sobrevivência do homem em uma sociedade industrial, Polanyi volta-se para o estudo do lugar ocupado pela economia nas sociedades antigas. A partir desse trabalho, o autor constrói sua crítica à teoria econômica clássica na medida que essa não se mostra capaz de explicar as formas de organização econômica e social além da economia capitalista de mercado.

A economia formal afirma a aplicabilidade histórica universal dos pressupostos de uma economia de mercado. Entretanto, tal idéia consiste em um anacronismo em relação ao passado uma vez que, em toda história anterior ao século XIX, a organização econômica diferia daquele padrão devido à ausência de um sistema de mercados criadores de preços. Nessas condições, Polanyi denomina

de falácia economicista o erro lógico de interpretar a economia humana em geral através da forma assumida em uma economia de mercado. Em outras palavras, a falácia economicista consiste na concessão de um status universal e genérico a configuração institucional de um período histórico particular. Na realidade, o comportamento de busca do lucro por meio da troca não deve ser analisado como um dado natural da história humana, mas como resultado de um processo histórico.

Conforme destaca Stanfield, “*the economic fallacy commits the logical error of misplaced concreteness*” (Stanfield, 1986, p. 42), o qual é definido como a identificação de um modelo abstrato com a realidade. Desta forma, o comportamento econômico empírico é desconsiderado na medida que o pensamento economicista já tem como dado a natureza da ação econômica.

A origem da falácia economicista é explicada por Polanyi pela relação entre o estudo das leis da economia e a ascensão do capitalismo liberal. Pelo fato do conceito de economia, expresso pelos fisiocratas, ter nascido no contexto de surgimento dos mercados como mecanismo de oferta-demanda-preço, uma instituição moderna e recente, não se fez uma distinção entre “*economic phenomena*” e “*market phenomena*”. Tal confusão entre economia e economia de mercado, que resultou na projeção dos padrões de mercado para todas as formas de economia, é explicitada pelo conceito de Homem Econômico resultante da afirmação de Adam Smith quanto à “propensão do homem a barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”.

Os impactos da falácia economicista não se limitam à metodologia da antropologia econômica, história econômica e análise comparativa dos sistemas econômicos. Como resultado da interpretação errônea do passado sugerida pela teoria clássica, a sociedade deixa de aprender as lições que emergem da comparação dos sistemas econômicos:

“the comparison of systems enriches the analyst’s understanding of his own system, sharpening his appreciation of its merits and demerits and suggesting organizational and operational changes to improve its performance” (Stanfield, 1986, p. 49).

Por conseguinte, evidencia-se a motivação prática da crítica de Polanyi, qual seja uma nova compreensão do presente a partir da reconsideração do passado.

Cabe destacar que a crítica de Polanyi à teoria econômica clássica se dirige à limitação histórica de seu poder explicativo, o qual não proporciona instrumentos para a compreensão das economias sem mercado. Diferente de Marx, o autor não coloca em dúvida a validade de tal teoria em relação à economia capitalista de mercado. Maurice Godelier sintetiza a questão da seguinte forma:

“esta crítica a los economistas liberales no se refiere al contenido de sus teorías, sino solamente a su ceguera y a su pretensión de servirse de ellas fuera de los límites donde pueden aplicarse: la economía de mercado generalizada” (Polanyi, 1957, p. 15).

A pretensa universalidade das leis da economia de mercado manifesta-se, no que diz respeito ao homem, na generalização dos motivos de lucro e fome como incentivos individuais à produção em qualquer sociedade. Primeiramente, o autor pondera que, mesmo em uma economia de mercado, a fome não pode ser automaticamente um incentivo à produção, pois a última não é uma atividade individual e sim coletiva, sendo que em situações extremas pode resultar simplesmente em roubo. Na realidade, em uma economia de mercado, fome e lucro estão ligados ao incremento da produção por meio da necessidade de gerar renda, uma vez que a compra de mercadorias no mercado depende da renda obtida pela venda do trabalho, da terra ou do dinheiro. Assim, quando um indivíduo ganha uma renda está contribuindo automaticamente para a produção. Nesse sentido, fome e lucro são chamados de “motivos econômicos”.

O problema encontra-se na afirmação de que fome e lucro são os incentivos à produção de todas as outras economias. Polanyi apresenta três argumentos para esclarecer esse ponto. Primeiro, o estudo das economias primitivas mostra a ausência da busca pelo auto-interesse econômico e da propensão a barganhar. Inexistia também a ameaça da fome individual, a menos que toda a comunidade estivesse ameaçada. Segundo, o autor lembra que seja nas cidades-estado antigas, nos impérios despóticos, no mercantilismo ou feudalismo, *“incentives spring from a large variety of sources, such as custom and tradition, public duty and private commitment, religious observance and political allegiance, judicial obligation and administrative regulation as established by prince, municipality, or guild”* (Polanyi, 1947, p. 66). Em síntese, no período anterior à segunda metade do século XIX, o sistema econômico estava imerso nas relações

sociais e o mercado era um elemento subordinado e incidental na vida econômica. Terceiro, Polanyi identifica o momento da transformação, quando os incentivos da fome e lucro passam a dominar as atividades econômicas, na criação dos mercados de trabalho, terra e dinheiro na medida que, a partir de então, todas as rendas só podem surgir de vendas no mercado.

O pensamento economicista também permeia a idéia do determinismo econômico. Para Polanyi, o determinismo econômico é válido somente para a economia de mercado, em que o sistema econômico subordina a sociedade e, conseqüentemente, determina, direta ou indiretamente, todas as dimensões da mesma. Segundo o autor, a sociedade é subordinada ao sistema econômico pois a economia de mercado transforma o aspecto do qual depende a sobrevivência de qualquer grupo em uma esfera separada e distinta do resto da sociedade. Entretanto, o autor critica a expansão dessa idéia como lei geral para todas as sociedades uma vez que, fora de uma economia de mercado, a economia aparece inserida (*embedded*) nas relações sociais.

A falácia economicista culmina na adoção de um conceito formal de economia, o qual “*se refiere a la elección entre los usos diferentes de los medios, dada la insuficiencia de estos médios, es decir, a la elección entre utilizaciones alternativas de recursos escasos*” (Polanyi, 1957, p. 289). Nessas condições, segundo a teoria econômica clássica, o sistema econômico é definido segundo os axiomas de escassez, racionalidade e escolha. A situação de escassez envolve atos de escolha induzidos pela insuficiência dos meios. A racionalidade econômica reflete uma relação de adequação de meios a fins, em que os meios são escassos. A escolha dos meios deve seguir a lógica da eficiência e maximização e os fins devem ser escolhidos conforme os princípios do utilitarismo.

De fato, a economia de mercado opera através da situação de escassez já que a utilização do dinheiro como meio de aquisição transforma a satisfação de necessidades em uma alocação de recursos escassos com usos alternativos. Entretanto, Polanyi contesta a validade universal do significado formal ao destacar que nem toda atividade econômica é caracterizada pela situação de escassez, ou seja, a presença de escassez não é uma lei natural da economia de todas as sociedades humanas. Primeiramente, uma escolha não implica, necessariamente, meios insuficientes, como no caso de uma escolha moral ou escolha entre dois

caminhos em uma estrada. Além disso, meios insuficientes não resultam, necessariamente, em escolha ou escassez. Os meios são insuficientes quando não são o bastante para realizar todos os fins, sendo que tal insuficiência só induzirá à escolha se houver usos alternativos para os meios e multiplicidade de fins, com indicação de escala de preferências entre eles. O autor afirma ainda que a situação de escassez não se restringe à atividade econômica, podendo referir-se a um general e suas tropas, um advogado ou um artista. Diante disso, o conceito formal de economia identifica a economia humana com uma de suas formas históricas, especificamente a economia de mercado.

Nessas condições, o desenvolvimento de conceitos aplicáveis a todas as sociedades depende da adoção de uma definição de economia livre de preconceitos quanto à forma que a atividade econômica e o comportamento humano devem tomar. Assim, Polanyi sugere a utilização do significado substantivo de economia, o qual *“se refiere al intercambio com el entorno natural y social, en la medida em que es esta actividad la que proporciona los médios para satisfacer las necesidades materiales”* (Polanyi, 1957, p. 289). A idéia subjacente na definição substantiva não é a escolha e escassez e sim a subsistência e o provisionamento. Nesse sentido, qualquer sociedade apresenta uma dimensão substantiva de economia pois depende da satisfação de necessidades humanas para a sobrevivência ou reprodução física. Desta forma, trata-se de um conceito empírico geral e abstrato, que expressa as características comuns de um conjunto de realidades concretas.

Em vista disso, a economia é entendida como uma atividade institucionalizada de interação entre o homem e a natureza. A economia enquanto atividade reflete dois movimentos relacionados com a mudança espacial e a mudança da pessoa que dispõe de uma posse ou da extensão do direito dessa pessoa em dispô-la. A mudança espacial refere-se à produção e transportes enquanto que a mudança de posse pode ser classificada como transação, no caso de ser bilateral, ou concessão, quando é unilateral.

A sustentação da interdependência e recorrência de tais movimentos é garantida por meio de condições sociais que determinam os incentivos individuais à produção, ou seja, pela institucionalização do processo econômico Como indica Polanyi:

“la institucionalización de la actividad económica confiere a éstas unidad y estabilidad; da lugar a una estructura con una función determinada en la sociedad y modifica el lugar de la actividad económica en la sociedad, añadiendo así significación a su historia; centra el interés sobre los valores, las motivaciones y la actuación práctica” (Polanyi, 1957, p. 295).

Nesse sentido, o autor afirma que o estudo do lugar ocupado pela economia na sociedade não é nada mais que a análise de como a atividade econômica mostra-se institucionalizada nas diferentes épocas e lugares, o que requer a utilização dos instrumentos conceituais apresentados no próximo item.

2 Integração econômica e social

Diante das críticas à teoria econômica clássica, Polanyi afirma a necessidade de restabelecer a história econômica *“on broad conceptual foundations”* (Polanyi, 1977, p. xxxix). Para cumprir esta tarefa, o autor propõe o método da análise institucional, do qual resultam instrumentos conceituais destinados à análise da economia nas diversas sociedades.

A análise institucional tem como ponto de partida o conceito substantivo de economia e, por isso, considera-a como processo institucionalizado destinado a assegurar a reprodução social. Nesse sentido, a análise institucional tem o objetivo de estudar as relações sociais nas quais a economia aparece inserida (*embedded*) a fim de responder à questão de como o processo econômico é institucionalizado nas diversas sociedades. Stanfield sintetiza o ponto da seguinte forma:

“institutional analysis is then concerned with the integration of economic activities with one another and with other social activities, and with classifying economies in accordance with the manner in which integration is sustained” (Stanfield, 1986, p. 57).

A teoria neoclássica não apresenta esse nível de análise ao estudar as sociedades antigas na medida que concentra suas preocupações nos mecanismos de troca e busca do auto-interesse. Em outras palavras, o comportamento econômico é entendido como um dado natural e independente das influências do contexto social, isto é, das instituições, costumes e crenças presentes na sociedade. Desta forma, a teoria abstrai a estrutura social e não penetra nas questões concretas que permeiam a atividade econômica como poder, fé ou compromissos familiares.

O estabelecimento de uma teoria tal como a proposta por Polanyi depende da ocorrência de padrões comuns na história. E, de fato, as pesquisas reportadas em *Trade and Market in Early Empires* mostraram que a economia é organizada por meio de poucos modelos nas diferentes sociedades humanas. Tais modelos constituem as chamadas formas de integração, as quais expressam-se através dos princípios de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio.

As formas de integração expressam a forma pela qual se dá a institucionalização da atividade econômica, ou seja, como os movimentos necessários à subsistência da sociedade são integrados em um mecanismo único capaz de assegurar estabilidade e continuidade. Nas palavras de Polanyi,

“forms of integration thus designate the institutionalized movements through which the elements of the economic process – from material resources and labour to the transportation, storage and distribution of goods – are connected” (Polanyi, 1977, p. 35).

Nesse sentido, é importante destacar que as formas de integração resultam em conceitos descritivos dos aspectos comuns de estruturas sociais mais complexas e muitas vezes bem diferentes.

Nessas circunstâncias, a análise institucional envolve a identificação dos modelos de integração em termos históricos e geográficos assim como a função social dos mesmos, a qual reflete-se nas conexões dos modelos com outros elementos do sistema social. Tal estudo também deve buscar analisar os processos que asseguram a continuidade dos modelos. Além disso, faz-se necessária a utilização da análise comparativa dos sistemas econômicos uma vez que a mesma permite tratar as instituições econômicas como características culturais, isto é, expressão de valores originados de um contexto social definido.

Diante do exposto, cabe apresentar as características dos princípios que compõem as formas de integração e são responsáveis por garantir a ordem da produção. A partir do estudo de tais formas de integração, Polanyi pretendia demonstrar que o princípio da troca nem sempre foi o orientador das atividades econômicas assim como o mercado não ocupou o papel central na economia das diversas sociedades. Em outras palavras, a análise das formas de integração mostra que a economia pode ser organizada por meio de incentivos à produção derivados da religião, política ou parentesco e não apenas da fome e do ganho.

2.1 Reciprocidade

De acordo com o princípio da *reciprocidade*, os produtos de uma atividade são partilhados com outras pessoas através de movimentos de dar-e-receber bens e serviços entre pontos correlatos de grupos simétricos. Nesse sentido, o padrão de simetria é essencial na medida que permite a organização social e econômica na ausência de registros escritos e complexa administração.

A reciprocidade está presente principalmente em relações de parentesco,³ em que a subsistência da família é tarefa de seus parentes da linha materna. Assim, o homem que sustenta a família de sua irmã ao entregar-lhe produtos de sua colheita, receberá, por sua vez, ajuda do irmão de sua própria mulher, membros de uma terceira família. Nessas circunstâncias, a recompensa ou punição do indivíduo não envolve benefícios materiais, mas é dada por sua reputação perante a comunidade.

Polanyi cita as Ilhas Trobiand, descritas por Malinowski, como o melhor exemplo de sistema baseado na reciprocidade. A reciprocidade existe não apenas entre os grupos familiares, conforme descrito acima, mas também entre as aldeias. Há uma importante troca de peixe e fruta-pão, na forma de distribuição recíproca de presentes, entre as aldeias da costa e do interior. Nessas condições, observa-se a presença de simetria entre os subgrupos, o que garante a organização da atividade econômica entre esses povos.

Além disso, as ilhas Trobiand pertencem a um arquipélago na Melanésia Ocidental, com forma de anel, que integra o circuito Kula. O circuito Kula, uma complexa transação comercial, apresenta-se como a troca sistemática e organizada de objetos valiosos transportados a grandes distâncias. Entretanto, não se trata de propensão à barganha e busca de lucro, mas sim de reciprocidade no comportamento social.

Outra maneira de ilustrar o princípio da reciprocidade, tão difícil de ser compreendido pela mente moderna, é considerar as situações em que ela ainda se mostra relevante. Pode-se destacar, por exemplo, ocasiões como Natal, aniversários ou casamentos, que envolvem trocas de presentes baseadas em relações sociais.

(3) O termo parentesco é usado para denominar relações entre pessoas, baseadas em certas formas de afinidade ou em ascendência comum, real ou suposta.

Cabe ressaltar ainda que a reciprocidade não tem apenas, ou mesmo principalmente, a função econômica de integrar o comportamento das pessoas de forma a proporcionar a subsistência do grupo. O caráter político e social está sempre presente e pode até ser dominante, refletindo-se, por exemplo, no propósito de estreitar relações. Nessas condições, a atividade econômica mostra-se resultante de considerações sociais que envolvem aspectos como reputação, relações pessoais e familiares. Enfim, a economia está integrada aos interesses sociais.

2.2 Redistribuição

Outro princípio organizador da economia é a *redistribuição*, a qual consiste no movimento inicial de apropriação por um centro e distribuição a partir deste. O padrão institucional da centralidade, seja baseado em poder político ou religioso, é imprescindível a fim de propiciar a arrecadação, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Nessas circunstâncias, o princípio da redistribuição permite a integração da economia por meio da reunião e distribuição do produto da divisão do trabalho. Tal característica possibilita a superação de obstáculos como diferenças de solo e clima em territórios extensos, separação temporal entre a colheita e o consumo ou rendimento irregular das atividades de caça.

O sistema de redistribuição esteve presente em sociedades como Babilônia, Peru e Egito. Em geral, havia armazéns que recebiam o produto da atividade do camponês, a partir dos quais eram distribuídas as mercadorias, principalmente, à parte não produtiva da população composta por autoridades, militares e classe ociosa. Na sociedade moderna, a redistribuição está presente por meio da relação entre nação e Estado. Nesse aspecto, o sistema de taxaço permite atender às demandas sociais, seguindo a mesma lógica de coleta e redistribuição a partir de um centro.

Polanyi destaca que a atividade redistributiva pode referir-se a um grupo mais reduzido que a sociedade, como a família e a fazenda. O autor chama esse princípio de domesticidade, caracterizando-o como a atividade econômica auto-suficiente motivada pela necessidade de aprovisionamento e realizada para consumo direto dos membros do grupo. Os exemplos podem ser encontrados na família patriarcal hebréia, no feudo medieval ou na fazenda grega da época de Aristóteles.

As funções econômicas e sociais da redistribuição aparecem interligadas na medida que o processo de redistribuição é parte do regime político vigente, seja o de uma tribo, cidade-estado, do despotismo ou feudalismo. De fato, a redistribuição liga-se ao propósito de reforçar o poder da autoridade central assim como os laços dos indivíduos com o grupo.

2.3 Intercâmbio

A economia também pode estar integrada a partir do princípio do *intercâmbio*, que é designado como o movimento de troca de mercadorias entre sujeitos em um sistema de mercados criadores de preços. A conduta dos indivíduos passa pela pechincha e o regateio uma vez que o interesse orienta-se no sentido de estabelecer um preço capaz de proporcionar a maior vantagem possível.

A mera existência de troca e preços não é suficiente para afirmar a existência do princípio de intercâmbio. Quando a troca é feita através de preços fixos, a economia não está integrada pelo mercado, mas pelas políticas administrativas e tratados. O mercado só exerce o papel integrador quando os preços são criados a partir de um sistema de mercados. Além disso, a troca a preços fixos proporciona vantagem para as duas partes envolvidas, enquanto que a troca a preços flutuantes supõe antagonismo entre os indivíduos na medida que cada um busca tirar o maior proveito da transação. Cabe ressaltar também que o comportamento individual de troca não produz preços a não ser na presença da estrutura de suporte dada pelo sistema de mercado.

Conforme o exposto acima, torna-se evidente que as formas de integração dependem da presença de estruturas de suporte: reciprocidade depende da existência de dois ou mais grupos com comportamentos simétricos; redistribuição associa-se à presença de um centro estabelecido, troca exige a existência de um sistema de mercado. Nesse sentido, Polanyi destaca que atitudes individuais não se adicionam para criar uma estrutura institucional uma vez que atos difusos carecem de efetividade e continuidade na ausência de estruturas sociais dadas. Em outras palavras, as estruturas de suporte não são resultado de atos individuais, mas emergem da coletividade. Desse modo, o foco da análise institucional é a estrutura social já que tal estrutura seleciona e reprime as atitudes e motivações individuais.

É importante ressaltar que Polanyi não entende as formas de integração como representações de estágios de desenvolvimento. Na realidade, pode-se observar a existência, em dada sociedade, de uma hierarquia entre as diversas formas de integração. Desta forma, outros modelos podem estar ao lado de uma forma de integração dominante, a qual também pode sofrer um eclipse temporário. De fato, as sociedades tribais praticaram tanto a reciprocidade como a redistribuição; enquanto que as sociedades arcaicas são predominantemente redistributivas, apesar de também permitirem algum lugar para a troca. Nessas condições, o autor destaca que a identificação da forma de integração dominante deriva da organização do trabalho e da terra na sociedade:

“tribal community is characterized by the integration of land and labor into the economy through ties of kinship. In feudal society, the ties of fealty determine the fate of land and the labor that goes with it. In the floodwater empires, land was largely distributed (and sometimes redistributed) by temple or palace, as was labor, at least in its dependent form. The modern rise of the market to a ruling force in the economy can be traced by noting the extent to which land and food were mobilized through exchange and labor was turned into a commodity to be purchased in the market” (Polanyi, 1977, p. 43).

3 Os limites da utopia da economia de mercado na sociedade do século XIX

Um dos principais conceitos desenvolvidos por Polanyi para analisar a relação entre economia e sociedade refere-se ao *embedded/disembedded* caráter da economia. Usando esse conceito, o autor sustenta, em seu livro *A Grande Transformação*, que as guerras e crises econômicas da primeira metade do século XX foram conseqüências do *disembedded character* do sistema de mercados auto-reguláveis vigente desde o século XIX:

“as origens do cataclisma repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercados auto-reguláveis” (Polanyi, 1944, p. 46).

Nesse sentido, pretende-se explicar, a partir do referencial dos conceitos de Polanyi, as características da economia de mercado, assim como mostrar suas origens e efeitos sobre a sociedade do século XIX.

3.1 Características da economia de mercado

A principal característica de um sistema de mercados auto-reguláveis reside em seu *disembedded character*. A fim de explicitar os aspectos relevantes de tal caráter, cabe retomar uma comparação com as sociedades do passado. Ao analisar as formas de integração, o item III mostrou como as economias do passado estavam inseridas (*embedded*) nas relações sociais, ou seja, a ordem econômica era apenas uma função da vida social, política e religiosa. Nas economias integradas pelos princípios da redistribuição e reciprocidade, a atividade econômica era motivada pelas obrigações sociais e regulada pelo contexto moral:

“the key questions of allocation and distribution, namely, what to produce, how to produce it, and for whom to produce it, are answered not by any specifically economic process but by the social process in general” (Stanfield, 1986, p. 75).

Nessas condições, não havia um comportamento específico que poderia ser designado de econômico a partir de funções e motivações distintas. Em outras palavras, a economia era invisível, de forma que inexistia um vocábulo para designar o conceito de economia, o que mostra a dificuldade de se identificar o processo econômico integrado em instituições não econômicas. Na verdade, a atividade econômica nem sempre foi um processo do qual os indivíduos tiveram consciência. Por fim, é preciso destacar que, na opinião do autor, tal organização social, que institucionalizava as atividades econômicas, era capaz de proteger a terra e o trabalho das tensões entre interesses antagônicos.

Em oposição, a ascensão do sistema de mercados auto-reguláveis no século XIX subverte a lógica da relação entre economia e sociedade. Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado e dirigido apenas por mercados, sem qualquer interferência externa para fixar ou regular oferta, demanda e preços. As únicas políticas e medidas consideradas válidas são aquelas que procuram desobstruir a auto-regulação, de modo a garantir as condições para que o mercado seja o único poder organizador na esfera econômica. Assim, a interação entre oferta e demanda de produtos e serviços define o preço de venda, o qual determinará a alocação dos recursos produtivos entre os diversos setores bem como a decisão de consumo. Nesse sentido, a ordem na produção e distribuição é assegurada pelo mecanismo de oferta-demanda-preço.

Além disso, em uma economia de mercado, toda a produção dirige-se à venda no mercado – em oposição à produção para subsistência – e todos os rendimentos são derivados de uma venda. Isso decorre da existência de mercados para todos os componentes da indústria, tanto para os bens como para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados de preços de mercadorias, salários, aluguel e juros, respectivamente. Por conseguinte, o comportamento econômico é motivado pela esperança de ganho ou ameaça da fome por meio da necessidade de gerar renda, uma vez que a compra de mercadorias no mercado depende da renda obtida pela venda do trabalho, da terra, do dinheiro ou de bens.

Deste modo, a reprodução da sociedade depende de instituições, leis e incentivos estritamente econômicos, separando a organização econômica das instituições não econômicas como o sistema político, religioso ou parentesco:

“Neither the blood tie, nor legal compulsion, nor religious obligation, nor fealty, nor magic created the sociologically defined situations that insured the participation of individuals in the system. They were, rather, the creation of institutions like private property in the means of production and the wage system operating on purely economic motives” (Polanyi, 1977, p. 47).

Enfim, a idéia da auto-regulação busca afirmar a autonomia do sistema econômico em relação à sociedade, o que constitui o *disembedded character* da economia de mercado. Em outras palavras, ao transformar o aspecto do qual depende a sobrevivência de qualquer grupo social em uma esfera separada e distinta do resto da sociedade, a economia de mercado subordina a sociedade ao sistema econômico, dirigindo-a como acessório do mesmo.

A origem da separação entre economia e sociedade, resultando na subordinação da última às leis de mercado, ocorre a partir da criação dos mercados de terra, trabalho e dinheiro, o que é feito a partir de uma ficção. Como já foi dito, uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria – incluindo trabalho, terra e dinheiro –, de modo que a constituição de tais mercados baseia-se no conceito de mercadoria, definida como objetos produzidos para a venda no mercado. Nesse sentido, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro não são produzidos para venda já que são simplesmente nomes que

designam uma atividade humana que acompanha a própria vida, a natureza e um símbolo do poder de compra. Assim, não são mercadorias reais, mas mercadorias fictícias, e, por isso, não deveriam ser dirigidas pelas leis dos mercados.

Em decorrência, ao deixar o trabalho, a terra e o dinheiro sob a direção única do mercado, coloca-se a sociedade como acessório do mercado:

“o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (Polanyi, 1944, p. 93).

Além disso, para o autor, a auto-regulação dos mercados implica não apenas a subordinação da sociedade como também a expõe à desintegração, pois as pessoas, o solo e a organização da produção ficam ameaçados de aniquilamento sem uma cobertura protetora. Os seres humanos sofreriam um transtorno social se sua força de trabalho fosse utilizada indiscriminadamente ou mesmo não utilizada. A natureza teria suas paisagens destruídas e seus rios poluídos, comprometendo a produção de alimentos e matérias-primas. As empresas seriam arruinadas pelas faltas e excessos de dinheiro. Assim, Polanyi conclui:

“os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como sua a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico” (Polanyi, 1944, p. 95).

3.2 Origens de uma economia de mercado

Apresentados os aspectos principais de uma economia de mercado, é pertinente mostrar a origem dos mercados como forma de integração que institucionaliza o comportamento econômico a partir do princípio do intercâmbio. Nesse sentido, pretende-se analisar a evolução do padrão de mercado, mostrando como a instituição do mercado passa de um aspecto subordinado a outros princípios organizadores da produção, como a reciprocidade e redistribuição, para ocupar o papel central na coordenação da atividade econômica no século XIX.

Polanyi, em oposição à teoria econômica ortodoxa, parte do ponto de vista de que os mercados originaram-se fora da organização interna da economia, como

locais de encontro para um comércio de longa distância. De fato, os mercados se desenvolveram onde os mercadores tinham que parar, seja nos portos marítimos, nas cabeceiras de rios ou nas feiras, onde as rotas das expedições se encontravam. No entanto, o comércio externo ocorria em vista da ausência de alguns tipos de mercadorias naquela região, ou seja, tinha caráter complementar e não era necessariamente competitivo.

Quanto ao mercado local, eram mercados de vizinhança, limitados às mercadorias da região, as quais não compensava transportar por serem pesadas, volumosas ou perecíveis. Tais instituições eram cercadas de restrições a fim de evitar que a organização econômica vigente fosse reduzida aos padrões de mercado. Desse modo, regras, rituais e cerimônias asseguravam o funcionamento do mercado dentro de limites dados, mantendo-o como acessório da vida social e de outros princípios de integração. Mesmo as cidades medievais, nascidas a partir dos mercados, não apenas os protegiam, mas também impediam que se expandissem pelo campo e dominassem a organização econômica baseada na domesticidade.

Nesse contexto, o autor destaca que os centros urbanos medievais mantinham uma rígida separação entre o comércio local e de longa distância e impediam que os mesmos se infiltrassem no campo. O comércio local era organizado pelas guildas e corporações, as quais restringiam a produção a um nível que garantisse apenas uma remuneração destinada a cobrir as necessidades básicas dos produtores. Já o comércio de longa distância, dirigido pelo atacadista capitalista, fugia à regulamentação local, de modo que eram excluídos dos mercados locais pela proibição da venda a varejo por mercadores estrangeiros. Dessa forma, as cidades medievais visavam proteger o mercado local controlável das incertezas de um comércio de longa distância incontrolável.

Como resultado, a manutenção de um comércio local e de longa distância não competitivos impediu a formação de um verdadeiro mercado nacional que integrasse cidades e campo ao comércio. Cabe destacar que o mercado interno, ao contrário do comércio externo e local, é competitivo, pois, além dos bens complementares, envolve mercadorias similares, de fontes diferentes, em competição umas com as outras. Nesse contexto, conclui-se que nem o comércio de

longa distância, nem o comércio local foram os pontos de partida para o mercado nacional.

Na verdade, o comércio interno foi uma criação da intervenção estatal. A ação deliberada do Estado nos séculos XV e XVI foi o instrumento de “nacionalização” do mercado ao impor o sistema mercantil às cidades protetoras. O mercantilismo eliminou as barreiras existentes entre os dois tipos de comércio não competitivos e liberou o comércio dos limites da cidade a fim de envolver as diversas cidades e o campo em um verdadeiro mercado nacional.

No entanto, a liberação do comércio dos tributos e proibições dos centros urbanos trouxe à tona os perigos do monopólio e da competição, os quais a cidade havia conseguido controlar. A competição não regulada representava uma ameaça ao sistema organizado de produção e distribuição na medida que dava margem à intrusão temporária de novos compradores e vendedores, os quais poderiam destruir o equilíbrio ao decepcionar os compradores e vendedores tradicionais. Sem garantias de preço, os fornecedores antigos deixariam de oferecer suas mercadorias, de forma que o mercado caminharia em direção à concentração. Nesse contexto, a solução dada pelos mercantilistas foi a regulamentação da vida econômica em escala nacional, e não mais apenas no âmbito municipal. Não que os novos mercados nacionais deixassem de ser competitivos, mas a competição foi controlada a fim de salvaguardar o funcionamento dos mercados naquelas circunstâncias.

Além de regular o comércio, o mercantilismo manteve a proteção sobre os elementos básicos da produção – trabalho e terra – e os impediu de se tornarem objetos de comércio por meio de estatutos e leis. Na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices (1563) e a Lei dos Pobres (1601) retiraram o trabalho da lógica do mercado, assim como a política anti-cercamento dos Tudors e dos primeiros Stuarts retardaram o uso lucrativo da propriedade fundiária.

Nessas condições, observa-se que os mercados desenvolveram-se a partir da regulamentação, de forma que a sociedade mercantil manteve o mesmo *embedded character* que a economia apresentava nas sociedades primitivas:

“o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (Polanyi, 1944, p. 88).

A idéia de um mercado auto-regulado começou a tomar corpo a partir da Revolução Industrial e constituiu uma inversão daquela tendência de desenvolvimento que apresentava o mercado como aspecto subordinado da estrutura social. Segundo Polanyi,

“a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias” (Polanyi, 1944, p. 61).

A fim de compreender como a economia de mercado foi estabelecida em resposta ao fenômeno da máquina é necessário analisar os impactos da mesma em uma sociedade comercial.

Na sociedade mercantil, os mercadores organizavam a produção industrial como empresa comercial. Eles forneciam a matéria-prima e ferramentas à indústria doméstica, adquiriam as mercadorias já prontas dos produtores espalhados pelo campo e as vendiam no mercado. O negócio não envolvia uma fábrica dispendiosa e o mercador não incorria em sério risco ao assumir a responsabilidade da produção. A dificuldade maior era a interrupção no fornecimento de matéria-prima, caso em que o maior prejudicado era aldeão, pois perdia o emprego durante algum tempo.

A invenção de máquinas complexas e especializadas alterou a relação do mercador com a produção ao conduzir ao desenvolvimento do sistema fabril. Na nova organização produtiva, a produção industrial deixou de ser acessório do comércio, de forma que o mercador não mais adquire as mercadorias já prontas, mas compra o trabalho necessário e a matéria-prima, organizando-os em fábricas mais complexas junto à maquinaria especializada. Desse modo, o negócio passa a envolver investimentos a longo prazo e riscos correspondentes. De fato, as máquinas eram dispendiosas e só seriam rentáveis se a continuidade da produção fosse garantida, permitindo gerar grande quantidade de mercadorias. Em outras palavras, a produção não pode ser interrompida pela falta de matéria-prima ou de mão-de-obra, o que significa que todos os fatores envolvidos teriam que estar disponíveis à compra, nas quantidades necessárias. Assim, pela exigência da garantia de fornecimento, era indispensável a ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro. Tal transformação da sociedade mercantil para a industrial envolveu a substituição da motivação da subsistência pela motivação do lucro e ameaça da fome. Eis como a economia de

mercado foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial.

Entretanto, o desenvolvimento da auto-regulação dos mercados não ocorreu espontaneamente, mas dependeu da deliberada ação estatal. Nas décadas de 1830 e 1840, o liberalismo necessitou da legislação para abolir regulamentações restritivas. Na Inglaterra, por exemplo, a criação de um mercado de trabalho só foi possível, em 1832, com a aprovação, pela pressão da classe manufatureira, de uma emenda à Lei dos Pobres. Além disso, foi preciso o incremento de um intervencionismo contínuo, por meio de órgãos administrativos e ações parlamentares, para garantir e manter o livre funcionamento do sistema. Enfim, paradoxalmente, o estabelecimento do *laissez-faire* foi resultado da ação deliberada do Estado.

Nessas condições, o liberalismo erigiu-se em torno de três pilares: a criação do mercado de trabalho, que deveria garantir que o trabalho encontrasse um preço no mercado; o padrão-ouro, mecanismo automático de gerenciamento do dinheiro; e o livre comércio, a partir do qual os bens fluíam, sem empecilhos e privilégios, entre os países.

3.3 Efeitos da economia de mercado

Para finalizar a análise da economia de mercado na sociedade do século XIX, resta tratar do colapso do padrão institucional baseado em um sistema de mercados auto-reguláveis. Para tanto, recuperamos a argumentação de Polanyi no sentido de destacar as implicações sociais de tal sistema. Nesse contexto, partindo do exemplo histórico do desmoronamento da sociedade do século XIX, o autor defende a tese de que o *desembedded character* da economia de mercado tem impactos destrutivos sobre a sociedade.

Como já foi discutido acima, o *desembedded character* da economia de mercado implica a subordinação da sociedade às exigências do mercado por meio da criação de um mercado para o trabalho, a terra e o dinheiro. Por conseguinte, expõe-se a sociedade ao aniquilamento pelas leis descontroladas do sistema de mercados auto-reguláveis. Nessas condições, para Polanyi, a ampliação da organização dos mercados em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada

por um contramovimento que restringiu a ação do mercado quanto ao trabalho, à terra e ao dinheiro. Tal contramovimento era uma reação da sociedade com a intenção de proteger sua própria substância natural e humana da ameaça de desintegração pelo mecanismo de mercado. A essa dinâmica do século XIX que apresentava uma tendência em direção ao liberalismo e outra em direção à proteção, o autor chamou de “duplo movimento”.

Na Inglaterra e no continente, surgiram métodos de proteção social – representados por legislação social, leis fabris, e sindicatos profissionais – que visavam interferir com as leis de oferta e demanda em relação ao trabalho a fim de afastá-lo da órbita do mercado. Da mesma forma, tarifas agrárias, regulando a importação de produtos de terras estrangeiras, e leis fundiárias foram usadas para restringir a mobilização da terra pelo mercado.

Quanto ao mercado de dinheiro, relacionado às rígidas regras do padrão-ouro, a ameaça dirigia-se à própria organização produtiva. A manutenção de um câmbio estável, um dos pilares do padrão-ouro, exigia o rebaixamento dos preços domésticos sempre que um desequilíbrio do balanço de pagamentos pressionava pela depreciação do câmbio. No entanto, os negócios correriam o risco de liquidação se os preços baixassem por um tempo considerável. Nesse contexto, o Banco Central foi o instrumento de proteção às empresas ao amortecer os efeitos imediatos das retiradas de ouro sobre a circulação de notas. Além da emissão de moeda fiduciária, o banco utilizava-se de empréstimos a curto prazo para evitar restringir o crédito, bem como de métodos como a elevação da taxa de redesconto e operações de mercado aberta destinadas a esterilizar as variações das reservas. Enfim, o Banco Central interferiu no automatismo do padrão-ouro para proteger a própria organização produtiva capitalista.

O duplo movimento que marcou a história do século XIX demonstra a utopia da idéia de mercados auto-reguláveis. A tese liberal sustenta que o contramovimento de proteção social destinado a restringir o sistema de mercado foi fruto de uma conspiração antiliberal, ou seja, resultado da defesa de interesses de determinada classe. Entretanto, a ausência de ligações aparentes ou conformidade ideológica entre os interesses afetados em situações isoladas e a diversidade de formas que assumiu o contra-movimento, evidenciam ser esse uma reação

espontânea da sociedade em defesa de seus interesses vitais. Nessas condições, Polanyi destaca que

“foram precisamente os interesses sociais, e não os econômicos, de diferentes segmentos da população que se viram ameaçados pelo mercado, e pessoas pertencentes a vários estratos econômicos inconscientemente conjugaram forças para conjurar o perigo” (Polanyi, 1944, p. 188).

Desse modo, uma vez que a proteção social ocorrida na segunda metade do século XIX foi um movimento espontâneo da sociedade, sem qualquer orientação teórica específica, prova-se que a economia de mercado constitui-se realmente num perigo aos componentes humano e natural do tecido social. Além disso, a implantação dos mercados auto-reguláveis acompanhada de ações protetoras em relação ao trabalho, à terra e ao dinheiro é a demonstração de que uma economia de mercado pura nunca existiu.

A proteção do homem, da natureza e da organização produtiva interferiu no funcionamento dos mercados de forma a gerar uma auto-regulação imperfeita do sistema, o que criou tensões e pressões responsáveis, em última instância, pelo colapso da economia de mercado. Tais tensões refletiram-se no declínio da produção, do emprego e da renda, no conflito de classes, na pressão sobre o câmbio e nas rivalidades imperialistas; e atingiram as instituições que compunham a estrutura da sociedade baseada no sistema de mercados auto-reguláveis. Essas instituições eram representadas pelo padrão-ouro, o qual era a tentativa de ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional; pelo equilíbrio de poder, que se erigiu sobre o padrão-ouro e impediu a ocorrência de guerras generalizadas entre as grandes potências; e o estado liberal, criação do mercado auto-regulável. Nesse contexto, tenta-se agora descrever, em linhas gerais, como se deu aquele processo de desmoronamento da economia de mercado construída no século XIX.

Conforme sublinha Polanyi, a combinação das várias formas de proteção social resultou na difusão do protecionismo entre as nações. De fato, a elevação do custo de vida provocada pelas leis do trigo induzia os sindicatos profissionais a exigir compensações por meio de salários mais altos. Os industriais, por sua vez, insistiam na adoção e sustentação de tarifas aduaneiras para atender a uma folha de pagamentos inflacionada. Assim, a mistura de legislação social, tarifas agrícolas e proteção tarifária da indústria impulsionaram o protecionismo, o qual se tornou obstáculo ao livre comércio, um dos sustentáculos do próprio padrão-ouro. A

dificuldade de exportar passou a forçar os países a procurar mercados em regiões politicamente desprotegidas, tendência reforçada pela necessidade de matérias-primas para a indústria. Estava dado o impulso ao imperialismo econômico, refletido pela luta entre as potências pelo privilégio de estender seu comércio a mercados estrangeiros, colônias e zonas de influência. Nessas circunstâncias, o protecionismo e o imperialismo abalaram o equilíbrio de poder, sendo, então, apenas um pequeno passo para a grande guerra. No entanto, o conflito de 1914 apenas precipitou e agravou uma crise que ele não havia criado, mas que se processava desde 1900.

Após a devastação da guerra, seguiu-se, na década de 1920, a tentativa de restabelecer os padrões do liberalismo, pois se acreditava que a manutenção do padrão-ouro internacional era imprescindível para a paz e a prosperidade. Desse modo, mundo mobilizou-se no sentido de recuperar a estabilidade e convertibilidade de suas moedas, o que foi feito a custo de deflação e desemprego nos diversos países. No entanto, as condições que sustentaram o padrão-ouro no século XIX não estavam mais presentes no contexto do pós-guerra. No plano interno, o protecionismo social, pressionando pela defesa do emprego e renda, atrapalhava a busca por moedas estáveis e orçamentos equilibrados exigidos para a conversão ao ouro. No plano externo, por um lado, o comércio livre e multilateral foi substituído por cotas, tarifas e acordos bilaterais. Por outro lado, os empréstimos externos providos principalmente pela Inglaterra, que ajudavam no fechamento do balanço de pagamentos, já não estavam disponíveis. Os novos fatores de fuga de capitais e desconfiança dos investidores, assim como a perda de hegemonia por parte da Inglaterra, dificultavam a tarefa de manter a libra no padrão-ouro e, assim, impediam esse país de disponibilizar recursos para o mundo, como fazia antes da guerra. Nesse contexto, o golpe final foi dado pela Grande Depressão iniciada em 1929, quando, um a um, os países foram obrigados a abandonar o padrão-ouro a fim de salvar suas economias. Na verdade, a queda do padrão-ouro representou a dissolução da própria matriz que o havia gerado, o mercado auto-regulável.

Dessa forma, a década de 1930 marcou o colapso final do liberalismo e a transformação em direção a novas instituições reguladoras do sistema econômico. A resposta ao abandono do *laissez-faire* surgiu através do fascismo, do socialismo,

do New Deal e do welfare state. Esses movimentos, por meio do princípio comum de controle e intervenção sobre a economia, emergiram como a saída para uma economia de mercado que se recusava a funcionar.

Conclusão

Esse trabalho teve como objetivo apresentar o pensamento de Karl Polanyi a partir da reconstrução dos principais elementos teóricos presentes em sua obra. Nesse sentido, concluímos que todas as suas pesquisas giram em torno da busca pela resposta à seguinte questão:

“how to organize the economy of our modern technological society in a manner that would make production subordinate to man’s societal and cultural needs; how to re-embed the economy in society, to use his terminology” (Polanyi-Levitt, 1990, p. 101).

Tal preocupação levou o autor a estudar o lugar ocupado pela economia nas diversas sociedades a fim de demonstrar sua tese de que a economia deve estar inserida nas relações sociais. Polanyi partiu da observação de que a economia de mercado representava uma inversão da tendência histórica até então vigente, que mantinha o sistema econômico subordinado ao controle da estrutura social e política. Assim, voltou-se à análise das sociedades do passado com o intuito de proporcionar base para a reflexão de uma alternativa ao modelo do sistema de mercados auto-reguláveis. Para defender sua tese, também se aprofundou na interpretação das características, origens e impactos de um sistema de mercados auto-reguláveis a fim de provar que seu *disembedded character* foi responsável pelo colapso da sociedade no início do século XX.

Por fim, a necessidade de manter o sistema econômico como aspecto subordinado aos interesses mais gerais da sociedade – o que é a maior lição dos trabalhos de Polanyi – ainda representa um desafio para o mundo atual, principalmente em vista do renascimento do liberalismo nas duas últimas décadas do século XX. Em tais circunstâncias, Polanyi não propõe a volta às formas de organização das sociedades do passado, mas fornece princípios que devem orientar a busca por instituições capazes de lidar com os complexos problemas de uma sociedade industrial.

Para o autor, o fim da economia de mercado não significa a ausência de mercados. Na verdade, o sistema de mercado não deve ser auto-regulável, mas é preciso que esteja sujeito ao planejamento e controle pela autoridade social e política. Isso significa, principalmente, retirar o trabalho, a terra e o dinheiro do governo pelas leis de mercado, inserindo-os na esfera de regulação do poder político e autoridades competentes.

Além disso, Polanyi defende que qualquer organização social que vise controlar o sistema econômico deve respeitar e expandir a liberdade possível em vista da realidade da sociedade. Com isso, o autor responde à crítica liberal de que o planejamento é a negação da liberdade. Na realidade, o planejamento é a negação da liberdade no conceito liberal de livre empresa, ou seja, a liberdade que permite explorar o trabalho, ganhar lucros extraordinários em detrimento da comunidade e assegurar lazer e segurança para uns poucos privilegiados. Em outras palavras, a liberdade defendida pelo liberal, obtida à custa da justiça, elimina a responsabilidade de cada indivíduo frente aos outros cidadãos ao negar a realidade da sociedade, representada pela necessidade de proteção ao homem e à natureza. Nesse contexto, a regulação e o controle podem trazer uma liberdade ampliada, não para alguns, mas para todos, ao combater a não liberdade do desemprego, da concentração de renda e da devastação da natureza. Além disso, é essencial a defesa e expansão das liberdades civis que garantem o direito de não-conformidade, livre expressão, enfim, todos os direitos garantidos por um estado democrático. Enfim, o autor conclui que “o fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes” (Polanyi, 1944, p. 297).

Referências bibliográficas

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349p.
- _____. *Our obsolete market mentality*. In: COMMENTARY, v. 3, Feb. 1947, p 109-117.
- _____. *The livelihood of man*. New York: Academic Press, 1977. 330p.
- _____, ARENSBERG, Conrad M., PEARSON, Harry W. *Comercio e mercado en los imperios antiguos*. Labor Universitaria Monografías, 1957.

- POLANYI-LEVITT, Kari (Ed.). *The life and work of Karl Polanyi: a celebration*. Montreal: Black Rose Books, 1990. 264p.
- _____, MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi: his life and times. *Studies in Political Economy*, n. 22, 1987.
- STANFIELD, J. R. *The economic thought of Karl Polanyi: lives and livelihood*. Hong Kong: Macmillan, 1986. 162p.